



André Luiz de Almeida Mendonça

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5807721154220006>

ID Lattes: **5807721154220006**

Última atualização do currículo em 05/01/2022

I - FORMAÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA 1) Doutor em Direito (cum Laude) com menção de Doutorado Internacional pela Universidade de Salamanca, Espanha (2018) 2) Mestre em Direito pela Universidade de Salamanca, Espanha (2013) 3) Pós-graduado em Direito Público pela Universidade de Brasília (2009) 4) Pesquisador e Professor Visitante - Universidade de Stetson, Estados Unidos (2015/2016) II - MAGISTÉRIO 1) Professor do Programa de Doutorado em "Estado de Derecho y Gobernanza Global" da Universidade de Salamanca, Salamanca, Espanha. 2) Professor do Instituto Presbiteriano Mackenzie - Faculdade de Direito em Brasília. 3) Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da Instituição Toledo de Ensino (ITE), Bauru (SP), Brasil. 4) Professor do Programa de Mestrado Centro de Estudos de Direito Econômico e Social - CEDES. III - ATUAÇÃO PROFISSIONAL 1) Ministro do Supremo Tribunal Federal (desde dezembro/2021). 2) Advogado-Geral da União (2021). 3) Ministro da Justiça e Segurança Pública (2020/2021). 4) Advogado-Geral da União (2019/2020). 5) Assessor Especial do Ministro da Transparência e Controladoria-Geral da União (2016/2018). 6) Membro do Conselho da Transparência e Combate à Corrupção, órgão colegiado e consultivo vinculado à CGU com a finalidade de aperfeiçoar a transparência na gestão pública e planejar estratégias de combate à corrupção e à impunidade (2010/2013) 7) Na Advocacia-Geral da União, foi titular do cargo efetivo de Advogado da União (2000/2021), onde exerceu diversos cargos de direção e assessoramento superior. 8) Advogado da Petrobras Distribuidora S/A. IV - PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS 1) Vencedor da categoria especial do Prêmio INNOVARE, cuja temática foi o combate ao crime organizado (2011) 2) Vencedor do Prêmio Extraordinário de Mestrado conferido pela Universidade de Salamanca (2014) 3) Diploma de Mérito do COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras (2014) 4) Vencedor do Prêmio Extraordinário de Doutorado da Universidade de Salamanca (2019) V - LIVROS 1) Negociación en casos de corrupción: fundamentos teóricos y prácticos. Valência: Editora Tirant lo Blanch, 2018. 2) La validez de la prueba en casos de corrupción. Valência: Editora Tirant lo Blanch, 2018. 3) Democracia e Sistema de Justiça: obra em homenagem aos 10 anos do Ministro Dias Toffoli no Supremo Tribunal Federal. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2020. VI - ARTIGOS 1) Los criterios para la mensuración del valor del enriquecimiento ilícito y perjuicios causados por actos corruptos. Revista da AGU, vol. 15, n. 4, p. 65-88, 2016. 2) La gestión de la información y la recuperación de activos procedentes de la corrupción. Revista General de Derecho Procesal, nº 47, janeiro de 2019. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

André Luiz de Almeida Mendonça

Nome em citações bibliográficas

MENDONÇA, A. L. A.

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/5807721154220006>

Endereço

Endereço Profissional

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Direito.

Quadra SGAS 906

Asa Sul

70390060 - Brasília, DF - Brasil

Telefone: (61) 35219300

URL da Homepage: <https://www.mackenzie.br/faculdades/brasil>

Formação acadêmica/titulação

2013 - 2018

Doutorado em Estado de Derecho y Gobernanza Global.
 Universidade de Salamanca, USAL, Espanha.
 Título: Sistema de Princípios para a Recuperação de Ativos Procedentes da Corrupção, Ano de obtenção: 2018.
 Orientador: Nicolás Rodríguez García.
 Palavras-chave: Corrupção; Recuperação de Ativos; Princípios; Estado de Direito.
 Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
 Mestrado em Corrupción y Estado de Derecho.
 Universidade de Salamanca, USAL, Espanha.
 Título: Recuperación de Activos Procedentes de la Corrupción, Ano de Obtenção: 2013.
 Orientador: Nicolás Rodríguez García.
 Especialização em Especialização em Direito Público. (Carga Horária: 360h).
 Universidade de Brasília, UnB, Brasil.
 Título: A proporcionalidade e a razoabilidade na caracterização da improbidade administrativa.
 Orientador: Guilherme Francisco Alfredo Cintra Guimarães.
 Graduação em Direito.
 Instituição Toledo de Ensino, ITE, Brasil.

2012 - 2013

2007 - 2009

1989 - 1993

Formação Complementar

Atuação Profissional

Supremo Tribunal Federal, STF, Brasil.

Vínculo institucional

2021 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Ministro, Regime: Dedicção exclusiva.

Atividades

12/2021 - Atual

Direção e administração, Gabinete do Ministro André Mendonça.
 Cargo ou função
 Ministro.

Advocacia-Geral da União, AGU, Brasil.

Vínculo institucional

2000 - 2021

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Advogado da União, Carga horária: 40

Atividades

03/2021 - 08/2021

Direção e administração, Gabinete do Advogado-Geral da União.
 Cargo ou função
 Advogado-Geral da União.

01/2019 - 04/2020

Direção e administração, Gabinete do Advogado-Geral da União.
 Cargo ou função
 Advogado-Geral da União.

10/2016 - 12/2018

Direção e administração, Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.
 Cargo ou função

05/2016 - 10/2016

Assessor Especial do Ministro da Transparência e Controladoria-Geral da União.
 Direção e administração, Corregedoria-Geral da AGU.
 Cargo ou função

08/2013 - 09/2015

Corregedor-Geral da AGU.
 Direção e administração, Escola da Advocacia-Geral da União.
 Cargo ou função

08/2013 - 09/2015

Vice-Diretor da Escola da AGU.
 Pesquisa e desenvolvimento, Escola da Advocacia-Geral da União.
 Linhas de pesquisa

08/2013 - 09/2015

Coordenador do Grupo de Pesquisa em Estado de Direito e Defesa da Probidade e Transparência Pública

04/2009 - 09/2013

Conselhos, Comissões e Consultoria, Escola da Advocacia-Geral da União.
 Cargo ou função
 Coordenador do Projeto Pedagógico da Pós-Graduação "Lato Sensu" credenciada junto ao MEC (Estado de Direito e Advocacia Pública).
 Conselhos, Comissões e Consultoria, Conselho da Transparência e Combate à Corrupção.
 Cargo ou função
 Membro Titular.

03/2008 - 08/2012

Direção e administração, Procuradoria-Geral da União.

05/2006 - 03/2008	Cargo ou função Adjunto do Procurador-Geral da União. Direção e administração, Corregedoria-Geral da AGU.
10/2004 - 05/2006	Cargo ou função Subcorregedor Disciplinar. Direção e administração, Procuradoria-Geral da União.
06/2000 - 10/2004	Cargo ou função Procurador Seccional da União em Londrina. Direção e administração, Procuradoria-Geral da União. Cargo ou função Procurador Seccional da União em Londrina - Substituto.

Ministério da Justiça, MJ, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - 2021

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Ministro da Justiça e da Segurança Pública, Regime: Dedicção exclusiva.

Controladoria-Geral da União, CGU/PR, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - 2018

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Assessor Especial do Ministro, Carga horária: 40

Outras informações

Coordenação das equipes dedicadas às negociações dos Acordos de Leniência celebrados pela CGU e pela AGU, inclusive aqueles relacionados à Operação "Lava-Jato".

Atividades

10/2016 - Atual

Direção e administração, Controladoria-Geral da União, Controladoria-Geral da União.

Cargo ou função

Assessor Especial do Ministro da Transparência e Controladoria-Geral da União.

Petrobras Distribuidora S/A, BR DISTRIBUIDORA, Brasil.

Vínculo institucional

1997 - 2000

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Advogado, Carga horária: 40

Atividades

11/1997 - 12/1999

Direção e administração, Gerência Jurídica.

Cargo ou função

Chefe Substituto da Área de Contratos e Licitações.

Universidad de Salamanca, USAL, Espanha.

Vínculo institucional

2019 - Atual

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Programa de Doutorado

Outras informações

Professor do Programa de Doutorado em "Estado de Derecho y Gobernanza Global"

Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.

Vínculo institucional

2019 - Atual

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: LL.M em Direito: Compliance

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BAURU, CEUB, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Docente

Universidade Presbiteriana Mackenzie, MACKENZIE, Brasil.

Vínculo institucional

2019 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor Adjunto

CENTRO DE ESTUDOS DE DIREITO ECONOMICO E SOCIAL, CEDES, Brasil.

Vínculo institucional

2021 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor Permanente

Linhas de pesquisa

1.

Coordenador do Grupo de Pesquisa em Estado de Direito e Defesa da Probidade e Transparência Pública

Objetivo: Pesquisar as características, mecanismos e consequências da atuação estatal ética, eficiente, proba, legítima e transparente (ou anti-ética, ineficiente, ímproba, ilegítima e não transparente) sobre o Estado de Direito e as políticas públicas, bem como pesquisar sobre mecanismos de prevenção e combate à corrupção..

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

Setores de atividade: Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria.

Projetos de pesquisa

2019 - Atual

Grupo de Investigación en Justicia, Sistema Penal y Criminología

Descrição: Trabalho desenvolvido através do Projeto de Investigación DER2016-79895P do Ministério da Economia e Competitividade da Espanha, do qual são investigadores principais IGNACIO BERDUGO GÓMEZ DE LA TORRE (Catedrático de Direito Penal da Universidade de Salamanca) e NICOLÁS RODRÍGUEZ-GARCÍA (Catedrático de Direito Processual da Universidade de Salamanca)..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: André Luiz de Almeida Mendonça - Coordenador / Nicolás Rodríguez-García - Integrante.

Outros Projetos

2019 - 2020

Criação da Força-Tarefa da Nova Previdência

Descrição: Garantir a segurança jurídica da emenda constitucional que alterou as regras de aposentadoria.

Situação: Concluído; Natureza: Outra.

2019 - 2019

Integrantes: André Luiz de Almeida Mendonça - Coordenador.

Implementação das e-CJUs

Descrição: Uniformizar entendimentos e aumentar a eficiência, as Consultorias Jurídicas da união Especializadas Virtuais Nacionais têm como atribuição atuar de forma célere e concentrada em manifestações consultivas sobre seis diferentes especialidades: aquisições, serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, serviços sem dedicação de mão de obra exclusiva, obras e serviços de engenharia, patrimônio e residual..

Situação: Concluído; Natureza: Outra.

2019 - 2019

Integrantes: André Luiz de Almeida Mendonça - Coordenador.

Criação da Força-Tarefa da Infraestrutura

Descrição: Monitorar o ajuizamento de ações contra editais de concessões de portos, rodovias, ferroviárias e aeroportos. Graças ao trabalho das equipes em regime de plantão nenhum leilão foi impedido por decisões liminares da Justiça..

Situação: Concluído; Natureza: Outra.

2019 - Atual

Integrantes: André Luiz de Almeida Mendonça - Coordenador.

Criação da Força-Tarefa em Defesa da Amazônia

Descrição: Agilizar a cobrança de multas por infrações administrativas, o trabalho consiste no ajuizamento de ações civis públicas contra grandes desmatadores..

Situação: Em andamento; Natureza: Outra.

2019 - Atual

Integrantes: André Luiz de Almeida Mendonça - Coordenador.

Criação do Grupo de Ajuizamento Decorrente de Acordos de Leniência (Graal)

Descrição: Objetivo de expandir a atuação proativa da Advocacia-Geral da União no ajuizamento de ações judiciais com base em elementos comprobatórios obtidos por meio dos acordos de leniência assinados com a Controladoria Geral da União e a AGU.

Situação: Em andamento; Natureza: Outra.

2018 - 2019

Integrantes: André Luiz de Almeida Mendonça - Coordenador.

Reestruturação do Grupo Permanente de Atuação Proativa

Descrição: Criação dos Grupos Regionais de Atuação Proativa (Graps) voltados à atuação exclusiva no combate à corrupção e na defesa da probidade. O projeto permitiu a criação inicial de cem vagas para membros da Advocacia-Geral da União atuarem nas cinco regiões da Justiça Federal..

Situação: Concluído; Natureza: Outra.

Integrantes: André Luiz de Almeida Mendonça - Coordenador.

Membro de corpo editorial

2021 - 2021

Periódico: Suprema - Revista de Estudos Constitucionais

Áreas de atuação

- | | |
|----|---|
| 1. | Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo. |
| 2. | Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Constitucional. |
| 3. | Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Processual Civil. |
| 4. | Grande área: Ciências Humanas / Área: Teologia / Subárea: Teologia Prática. |

Idiomas

- | | |
|----------|--|
| Inglês | Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Razoavelmente. |
| Espanhol | Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem. |

Prêmios e títulos

- | | |
|------|--|
| 2019 | Prêmio Extraordinário de Doutorado, Universidade de Salamanca. |
| 2014 | Prêmio Extraordinário de Mestrado, Universidade de Salamanca. |
| 2014 | Diploma Mérito COAF, Conselho de Controle de Atividades Financeiras. |
| 2011 | Categoria Especial do Prêmio INNOVARE, Instituto INNOVARE. |

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1. **MENDONÇA, A. L. A.**. La gestión de la información y la recuperación de activos procedentes de la corrupción. REVISTA GENERAL DE DERECHO PROCESAL **JCR**, v. 47, p. RI Â§421208, 2019.
2. **MENDONÇA, A. L. A.**. LOS CRITERIOS PARA LA MENSURACIÓN DEL VALOR DEL ENRIQUECIMIENTO ILÍCITO Y PERJUICIOS CAUSADOS POR ACTOS DE CORRUPCIÓN. REVISTA DA AGU, v. 15, p. 65-88, 2016.

Livros publicados/organizados ou edições

1. **MENDONÇA, A. L. A.**; JUNIOE, O. A. B. (Org.) ; RIBEIRO, R. A. (Org.) ; CASTRO, S. P. P. (Org.) . O novo papel da advocacia pública consultiva no século XXI. 1. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020.
2. **MENDONÇA, A. L. A.**; MORAES, A. (Org.) . Democracia e sistema de justiça: obra em homenagem aos 10 anos do ministro Dias Toffoli no Supremo Tribunal Federal. 1. ed. Belo Horizonte/MG: Fórum, 2019. v. 1. 696p .
3. **MENDONÇA, A. L. A.**; NAGLE, L. E. ; RODRIGUEZ-GRACIA, N. . Negociación en casos de corrupción: Fundamentos Teóricos y prácticos. 1. ed. Valência/ES: editorial Tirant lo Branch, 2018. v. 1. 169p .
4. **MENDONÇA, A. L. A.**; RODRIGUEZ-GARCIA, N. . El principio de validez de la prueba en casos de corrupción. 1. ed. Valência/ES: editorial Tirant lo Branch, 2018. v. 1. 159p .

Apresentações de Trabalho

1. **MENDONÇA, A. L. A.**. Corrupção e Governança Pública. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
2. **MENDONÇA, A. L. A.**. Aula Magna no Curso de Formação da Polícia Rodoviária Federal (PRF). 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
3. **MENDONÇA, A. L. A.**. A autonomia constitucional do Direito Religioso. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
4. **MENDONÇA, A. L. A.**. Aula Magna no Curso de Formação da Polícia Federal (PF). 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
5. **MENDONÇA, A. L. A.**. Os pilares do programa da Leniência no âmbito da União. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
6. **MENDONÇA, A. L. A.**. Responsabilidad de personas jurídicas e investigaciones corporativas. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Processos ou técnicas

1. **MENDONÇA, A. L. A.** Lei Kandir. 2020.
2. **MENDONÇA, A. L. A.** Mudanças no DPVAT. 2020.
3. **MENDONÇA, A. L. A.** Prisão após condenação em segunda instância. 2019.
4. **MENDONÇA, A. L. A.** Medidas de desestatização e desinvestimento. 2019.
5. **MENDONÇA, A. L. A.** Destinação de valores recuperados pela Lava-Jato. 2019.
6. **MENDONÇA, A. L. A.** Incentivos fiscais para as regiões Norte e Nordeste. 2019.
7. **MENDONÇA, A. L. A.** Ação civil pública contra fabricantes de cigarro. 2019.
8. **MENDONÇA, A. L. A.** Regulamentação da posse de armas. 2019.
9. **MENDONÇA, A. L. A.** Reforma Administrativa. 2019.
10. **MENDONÇA, A. L. A.** Segurança jurídica às atividades rurais da Mata Atlântica. 2019.

Trabalhos técnicos

1. **MENDONÇA, A. L. A.** Cessão de crédito decorrente de contrato administrativo. 2020.
2. **MENDONÇA, A. L. A.** RECURSO ADMINISTRATIVO EM MATÉRIA DISCIPLINAR. 2020.
3. **MENDONÇA, A. L. A.** BENEFÍCIO ESPECIAL PREVISTO NA LEI Nº 12.618/2012. 2020.
4. **MENDONÇA, A. L. A.** ADI nº 5942. 2020.
5. **MENDONÇA, A. L. A.** ADI nº 5991. 2020.
6. **MENDONÇA, A. L. A.** REVISÃO PARCIAL DO PARECER Nº AC-12. 2019.
7. **MENDONÇA, A. L. A.** PRESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO DISCIPLINAR DE ABANDONO DE CARGO - AM-02, de 9 de abril de 2019. 2019.
8. **MENDONÇA, A. L. A.** APLICAÇÃO DO § 2º DO ART. 142 DA LEI Nº 8.112, DE 1990 - AM-03, de 9 de abril de 2019. 2019.
9. **MENDONÇA, A. L. A.** Compatibilidade de horários para acumulação de cargos públicos.. 2019.
10. **MENDONÇA, A. L. A.** Interpretação da expressão "independência de adimplência", contida no § 13 do art. 166 da Constituição Federal.. 2019.
11. **MENDONÇA, A. L. A.** Sigilo Bancário e o princípio constitucional da publicidade.. 2019.
12. **MENDONÇA, A. L. A.** LICENCIAMENTO DE PRAÇA SUB JUDICE. 2019.
13. **MENDONÇA, A. L. A.** ACESSO A INFORMAÇÕES PROTEGIDAS POR SIGILO FISCAL, POR ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO E INTERNO (TCU E CGU), PARA FINS DE AUDITORIA.. 2019.
14. **MENDONÇA, A. L. A.** ADO nº 26 e Mandado de Injunção nº 4733. 2019.
15. **MENDONÇA, A. L. A.** ADPF nº 77. 2019.
16. **MENDONÇA, A. L. A.** ADIs nº 5624, 5846, 5942 e 6029 e Reclamação 33.292. 2019.
17. **MENDONÇA, A. L. A.** ADI nº 6121. 2019.
18. **MENDONÇA, A. L. A.** RE nº 817.338. 2019.
19. **MENDONÇA, A. L. A.** ADCs nº 43, 44 e 54. 2019.

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. **MENDONÇA, A. L. A.**; HOMEM, P. B. ; VIDEIRA, S. ; FREITAS, P. C. . Judicialização, Covid 19 e o Princípio da Separação de Poderes. 2020. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda). 📺
2. **MENDONÇA, A. L. A.**; Simão, Valdir Moysés . Reflexões - Acordos de Leniência. 2018. 📺

Demais tipos de produção técnica

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. 2ª Jornada Virtual de Estudos em Direito e Religião.Os Cristãos no Poder - Esfera Federal. 2020. (Seminário).
2. II Jornada Luso-Brasileira.Mesa: Judicialização, Covid19 e o Princípio da Separação de Poderes. 2020. (Outra).
3. Perspectivas do Combate à Corrupção no Brasil.Perspectivas do Combate à Corrupção no Brasil. 2019. (Seminário).
4. Retos de Brasil en el combate a la corrupción.Retos de Brasil en el combate a la corrupción. 2019. (Seminário).
5. 1º Seminário Gaúcho de Prevenção e Combate à Corrupção: Aspectos Jurídicos e de Controle.Procedimento Administrativo de Responsabilidade da Pessoa Jurídica, os Acordos de Leniência e outros aspectos relevantes da legislação que disciplina o combate à corrupção.. 2018. (Seminário).
6. Congresso Sobre Mecanismos Anticorrupção. Acordo de Leniência como ferramenta eficiente na recuperação de ativos. 2018. (Congresso).
7. Congresso Sobre Mecanismos Anticorrupção. Acordos de Leniência e Justiça Negociada. 2018. (Congresso).
8. O Interesse Público e as Novas Relações entre Estado e Empresas.Acordos de Leniência. 2018. (Seminário).
9. Jornada Internacional el Combate a la Corrupción en Brasil: Implicaciones Políticas y Jurídicas. A operação "Lava-Jato" e os Acordos de Leniência. 2017. (Congresso).
10. Responsabilidad de personas jurídicas e investigaciones corporativas.Responsabilidad de personas jurídicas e investigaciones corporativas. 2017. (Seminário).

11. Seminário sobre o Dia Internacional Contra a Corrupção. Papel das instituições democráticas no combate à corrupção. 2014. (Seminário).
12. I Fórum Nacional de Juízes Criminais. Interceptação Telefônica e telemática: excessos, vazamentos e liberdade de imprensa.. 2009. (Seminário).
13. III Seminário Brasileiro sobre Advocacia Pública Federal. Limites e Riscos da Atuação Funcional no contexto da nova Advocacia Pública. 2009. (Seminário).
14. II Seminário Regional de Advocacia Pública Federal da 4ª Região. A atuação da AGU no combate à Corrupção. 2009. (Seminário).
15. IV Congresso Nacional de Delegados de Polícia Federal. Recuperação de Ativos nos casos de Corrupção. 2009. (Congresso).
16. Seminário Internacional de Perícias em Crimes Financeiros. A atuação da AGU no combate à corrupção. 2009. (Seminário).
17. V Curso de Processo Administrativo Disciplinar da AGU. Prescrição Disciplinar e Prescrição na Improbidade Administrativa. 2009. (Seminário).
18. VI Fórum Brasileiro de Combate à Corrupção na Administração Pública. Poder e Corrupção. Entre o exercício e o Combate.. 2009. (Seminário).
19. IV Curso de Processo Administrativo Disciplinar da AGU. Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância - rito e providências. 2008. (Seminário).
20. V Fórum Brasileiro de Combate à Corrupção na Administração Pública. A atuação da AGU no combate à Corrupção. 2008. (Congresso).


Orientações

Orientações e supervisões em andamento

Dissertação de mestrado

1. Emerson Ricardo Rossetto. A implementação de mecanismos de controle da atividade estatal para a garantia do direito fundamental à boa governança. Início: 2020. Dissertação (Mestrado em Mestrado - Sistema Constitucional de Garantias de Direitos) - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BAURU. (Orientador).
2. Carina Lucheta Carrara. Garantismo penal integral. Início: 2020. Dissertação (Mestrado em Mestrado - Sistema Constitucional de Garantias de Direitos) - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BAURU. (Orientador).

Tese de doutorado

1. Davi Márcio Prado Silva. O sistema acusatório e juiz das garantias como instrumento de proteção judicial dos direitos humanos. Início: 2020. Tese (Doutorado em Sistema Constitucional de Garantias de Direitos) - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BAURU. (Orientador).
2.  Robson Martins. O promotor da instrução: a necessária separação entre as funções investigativa e acusatória do Ministério Público após o juiz das garantias: a revogação tácita da súmula 234 do Superior Tribunal de Justiça pela Lei 13.964 de 2019. Início: 2020. Tese (Doutorado em Sistema Constitucional de Garantias de Direitos) - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BAURU. (Orientador).
3. Carolina Baracat Mokarzel de Luca. A base principiológica do registro imobiliário como garantidora do direito de propriedade. Início: 2020. Tese (Doutorado em Sistema Constitucional de Garantias de Direitos) - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BAURU. (Orientador).

Inovação

Outros projetos

2019 - 2020

Criação da Força-Tarefa da Nova Previdência

Descrição: Garantir a segurança jurídica da emenda constitucional que alterou as regras de aposentadoria.

Situação: Concluído; Natureza: Outra.

2019 - 2019

Integrantes: André Luiz de Almeida Mendonça - Coordenador.

Implementação das e-CJUs

Descrição: Uniformizar entendimentos e aumentar a eficiência, as Consultorias Jurídicas da união Especializadas Virtuais Nacionais têm como atribuição atuar de forma célere e concentrada em manifestações consultivas sobre seis diferentes especialidades: aquisições, serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, serviços sem dedicação de mão de obra exclusiva, obras e serviços de engenharia, patrimônio e residual..

Situação: Concluído; Natureza: Outra.

2019 - 2019

Integrantes: André Luiz de Almeida Mendonça - Coordenador.

Criação da Força-Tarefa da Infraestrutura

Descrição: Monitorar o ajuizamento de ações contra editais de concessões de portos, rodovias, ferroviárias e aeroportos. Graças ao trabalho das equipes em regime de plantão nenhum leilão foi impedido por decisões liminares da Justiça..
Situação: Concluído; Natureza: Outra.

2019 - Atual

Integrantes: André Luiz de Almeida Mendonça - Coordenador.
Criação da Força-Tarefa em Defesa da Amazônia
Descrição: Agilizar a cobrança de multas por infrações administrativas, o trabalho consiste no ajuizamento de ações civis públicas contra grandes desmatadores..
Situação: Em andamento; Natureza: Outra.

2019 - Atual

Integrantes: André Luiz de Almeida Mendonça - Coordenador.
Criação do Grupo de Ajuizamento Decorrente de Acordos de Leniência (Graal)
Descrição: Objetivo de expandir a atuação proativa da Advocacia-Geral da União no ajuizamento de ações judiciais com base em elementos comprobatórios obtidos por meio dos acordos de leniência assinados com a Controladoria Geral da União e a AGU.
Situação: Em andamento; Natureza: Outra.

2018 - 2019

Integrantes: André Luiz de Almeida Mendonça - Coordenador.
Reestruturação do Grupo Permanente de Atuação Proativa
Descrição: Criação dos Grupos Regionais de Atuação Proativa (Graps) voltados à atuação exclusiva no combate à corrupção e na defesa da probidade. O projeto permitiu a criação inicial de cem vagas para membros da Advocacia-Geral da União atuarem nas cinco regiões da Justiça Federal..
Situação: Concluído; Natureza: Outra.

Integrantes: André Luiz de Almeida Mendonça - Coordenador.